

Sociólogo José Manuel Mendes faz estudo para o Governo dos Açores “Nenhuma região tem crescimento económico com taxas de pobreza muito altas”

O investigador José Manuel Mendes, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, envolvido num estudo que vai avaliar a estratégia de combate à pobreza nos Açores, explica como o Brasil o México e, agora, os EUA, podem ser exemplos.

Como encara os números do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que são pesados para os Açores? Há um atenuar do risco de pobreza a nível nacional, que se agrava na Região.

Sim, mas em contraste com o ano passado, em que os números baixaram nos Açores e aumentaram no continente. Na avaliação das questões da pobreza e da exclusão social temos de atender a duas componentes. Os factores conjunturais articulam-se com a dinâmica da economia, o sector turístico, a precariedade dos empregos, tudo isso... Há, depois, uma componente mais estrutural que, essa sim, é preocupante e os Açores têm números que chamam a atenção e obrigam a uma actuação. Claro que estas flutuações também têm a ver com a metodologia que está aferida e é reconhecida pela União Europeia, mas, depois, precisamos de uma análise mais fina. As flutuações acontecem sempre, mas estamos a falar de números de uma magnitude que não é comum, de ano para ano, de dois, três por cento. É preciso perceber as causas. Estes dados referem-se a 2022 no que concerne aos indicadores de pobreza extrema, de acesso a habitação, capacidade de aquecer a habitação, de conforto, enquanto a componente do rendimento, 60% da mediana, é referente ao ano anterior, de 2021. A questão fulcral aqui é mesmo a magnitude, os valores são muito altos nos Açores, porque partiam de valores já altos em si. Em 2021/2022, as flutuações acentuaram-se e, em 2023, com as tendências macroeconómicas de inflação, de taxas de juro, isso vai ter um peso nas famílias. Vários governos estão a actuar nisto, a nível internacional, com apoios extraordinários e de outras formas. É preciso ter medidas estruturais, para que o peso médio das pessoas que estão afectadas por esse fenómeno vá diminuindo nos Açores. Tem de baixar. É um grande desafio político, porque os valores são tão elevados. Constatamos, depois, que esta é uma amostra dos Açores dentro do âmbito nacional. Ou seja, a amostra está constituída para ser representativa dos Açores, mas não podemos desagregar essa amostra para termos dados a nível de ilha e de concelho. É um desafio, no futuro, para as várias entidades e para o Serviço Regional de Estatística: Ter uma amostra própria, com os mesmos critérios, que permitisse afinar a leitura. Finalmente, os critérios também mudaram. A União Europeia, tendo em conta a Carta dos Direitos Sociais para 2030, tem o desígnio de tirar milhões de pessoas da pobreza. Por exemplo, cinco milhões de crianças têm de sair da pobreza e os países têm de desenvolver planos específicos para a infância. Em 2022, até a Rede Europeia Anti Pobreza alertou que a mudança poderia afectar os valores do



José Manuel Mendes aponta que estudo protocolado com o Governo Regional pretende a “participação das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade”

que é detectado. O indicador agora está mais abrangente. Estamos a comparar algo que tem indicadores diferentes do que em 2021. De qualquer forma, o que devemos reter são os valores da Região, tão elevados.

Isto é, independentemente dos critérios, continuamos a ter os números que temos, por comparação...

Sim. No estudo vamos tentar aprofundar esta questão, com a participação das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Já a anterior estratégia o teve em conta, mas nós vamos acentuar essa participação. É o nosso objectivo, e vamos ver se conseguimos, que as pessoas não só participem, mas que também sejam actores das suas próprias circunstâncias. É claro que há outro factor nestes dados que também é preocupante, que é o índice de GINI, a desigualdade. Nos Açores é a mais alta do país e das mais altas na Europa. Isto está relacionado com desigualdades estruturais como a posse da terra, o acesso ao mercado de trabalho e o papel da escola. Qualquer coisa que se trabalhe com as pessoas mais vulneráveis tem que ser em políticas que façam com que estas tenham condições de conforto e de segurança, mas também que valorize a escola. A escola só é valorizada se houver saídas profissionais. Se existir uma percepção de que o estudo não interessa, as pessoas vão activar outros mecanismos. Vão emigrar, vão fazer migração sazonal ou pendular e não vão estar na escola. Os dados mostram que os Açores melhoraram

em contexto arquipelágico, as dinâmicas são completamente diferentes. É muito diferente, as crianças que estão em situação de privação, de pobreza e a relação que têm com a escola, os apoios, as saídas profissionais... Depois, temos os idosos. Há pessoas idosas que, se não fossem as transferências sociais, também estariam em situação de grande privação.

A taxa nacional de pessoas que estariam em situação de pobreza é muito mais elevada quando se retira o Estado Social...

Metade da população dos Açores estaria em situação de pobreza. É claro que não pode ser lido assim, porque as pessoas descontaram, etc. Independentemente dos critérios, é claro que, no fim, o que interessa é que são situações de privação e que um valor tão alto tem de ter políticas explícitas. Aliás, estamos dentro de uma União Europeia que tem esse desiderato e dentro de umas Nações Unidas que têm como primeiro objectivo do desenvolvimento sustentável erradicar a pobreza. Não é só discurso, são objectivos políticos que estão consagrados. Há países que conseguiram essa diminuição da pobreza, de milhões de pessoas. O Brasil, com os governos Lula e Dilma, foram 30 milhões de pessoas. O México, com um programa específico, chamado Oportunidades, onde quase toda a gente se inspirou, também 30 e tal milhões. Agora, o Presidente Biden, nos Estados Unidos, tem uma política bastante agressiva, praticamente transferência de rendimentos sem contrapartidas, que vai tirar 10 a 15 milhões de pessoas da pobreza.

Há sítios que demonstram que é possível derrotar a pobreza?

Possível é. No caso do Presidente Biden é algo que está em curso, de forma massiva. É claro que estamos a falar de um país rico e da transferência de valores muito altos. O objectivo é tirar milhões de pessoas da pobreza, porque o efeito que isso tem na economia e no desenvolvimento é enorme. Taxas altas de pobreza afectam a capacidade de desenvolvimento.

É uma lição para os Açores, que não nos desenvolvemos se os mais vulneráveis ficarem esquecidos?

Sem desenvolvimento económico e uma economia pujante é difícil combater a pobreza, mas, se a pobreza tiver valores muito altos, é difícil existirem políticas de desenvolvimento económico sustentáveis. Isso notou-se muito no Brasil, quando aqueles 30 milhões de pessoas saíram da pobreza e não voltaram a cair nela. Tem efeitos na economia, com mais disponibilidade para o consumo e maior produtividade. Nenhuma região tem crescimento económico significativo com taxas de pobreza muito altas.

“A pobreza é muito complexa, é multidimensional e, em contexto arquipelágico, as dinâmicas são completamente diferentes. É muito diferente, as crianças que estão em situação de privação, de pobreza e a relação que têm com a escola, os apoios, as saídas profissionais... Depois, temos os idosos. Há pessoas idosas que, se não fossem as transferências sociais, também estariam em situação de grande privação”

imenso, nos últimos anos, em relação às taxas de retenção, de abandono, mas há muito a fazer em relação à escolarização, por exemplo, de pessoas no ensino superior. Tem de haver uma política explícita em que as famílias percebam que a escola é valorizada porque se reflecte em qualquer coisa. Tem de haver um mercado de trabalho que absorva. É o mais difícil.

O último passo é o mais difícil?

Diria que é o primeiro. A pobreza é muito complexa, é multidimensional e,